



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



## **LEI MUNICIPAL Nº. 800/2014.**

**SÚMULA: “REGULAMENTA A  
CONCESSÃO DOS ADICIONAIS DE  
INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA,  
Estado de Mato Grosso, no uso de suas  
atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO  
DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal,  
sanciono a seguinte Lei,**

**Art. 1º-** A concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade estabelecidos na Lei Complementar Municipal nº 012/2010, são formas de remuneração do risco à saúde dos trabalhadores e tem caráter transitório, enquanto durar a exposição.

**§ 1º.** Considera-se exposição habitual aquela em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres e perigosas como atribuição legal do seu cargo por tempo superior à metade da jornada de trabalho semanal.

**§ 2º.** Considera-se exposição permanente aquela que é constante, durante toda a jornada laboral e prescrita como principal atividade do servidor.

**Art. 2º-** Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o salário mínimo vigente e serão concedidos na forma e condições definidas nesta Lei.

**§ 1º.** O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Gestão 2013 - 2016**

**§ 2º.** O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

**Art. 3º-** Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. Em caso de risco à saúde e após a realização de laudo técnico que demonstre a situação individual de risco, a servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

**Art. 4º** - O exercício de trabalhos em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente, assegura ao servidor, a percepção de adicional, segundo os graus e percentuais:

**I** - Grau Máximo - 40%(quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente;

**II** - Grau Médio - 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente;

**III** - Grau Mínimo - 10% (dez por cento sobre o salário mínimo vigente).

**Art. 5º** - O exercício de trabalho em condições de periculosidade, assegura ao servidor, a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário mínimo vigente.

**Art. 6º** - Para fins de concessão do adicional de insalubridade em decorrência de exposição permanente ou habitual a agentes biológicos, deve ser verificada a realização de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

**§ 1º.** A exposição permanente ou a habitual serão caracterizadas pelo desenvolvimento não eventual das atividades previstas na maior parte da jornada laboral.

**§ 2º.** Não caracteriza situação para pagamento de adicionais ocupacionais para efeito desta Lei, o contato habitual ou eventual com:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



fungos, ácaros, bactérias e outros microorganismos presentes em documentos, livros, processos e similares, carpetes, cortinas e similares, sistemas de condicionamento de ar; bactérias e outros microorganismos presentes em instalações sanitárias.

**Art. 7º** - A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Municipal direta e autárquica, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos ou químicos, dar-se-ão por meio de laudo técnico elaborado nos limites de tolerância mensurados, no que couber, nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e nos critérios da Norma Reguladora nº 16, previstas na Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

**Art. 8º** - O laudo técnico deverá preencher os requisitos da Lei e ser preenchido pelo profissional competente.

**§ 1º.** Entende-se por profissional competente para avaliação da exposição e emissão do laudo técnico previsto no caput, o ocupante do cargo público, na esfera federal, Estadual ou municipal, de médico com especialização em medicina do trabalho ou engenheiro e arquiteto com especialização em segurança do trabalho.

**§ 2º.** O laudo para a concessão de adicionais não terá prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes.

**§ 3º.** O laudo técnico deverá considerar a situação individual de trabalho do servidor.

**§ 4º.** Compete ao profissional responsável pela emissão do laudo técnico caracterizar e justificar a condição ensejadora dos adicionais ocupacionais.

**Art. 9º** - A execução dos pagamentos das vantagens pecuniárias presentes nesta Lei será feita pela unidade de recursos humanos, com base no laudo técnico expedido por autoridade competente.

**Parágrafo único** - Para fins de pagamento do adicional, será observado a data da portaria de localização, concessão, redução ou cancelamento, para ambientes já pericuidos e declarados insalubres e/ou perigosos, que deverão ser publicadas em boletim de pessoal ou de serviço.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Art. 10** - O pagamento dos adicionais de que trata esta Lei é suspenso quando cessar o risco ou o servidor for afastado do local ou atividade que deu origem à concessão.

**I** - com a eliminação, neutralização ou redução do risco à sua saúde ou integridade física aos níveis de tolerância;

**II** - com a transferência do servidor para outro local de trabalho não considerado insalubre ou perigoso;

**III** - quando detectado pela fiscalização competente, a não realização pelo servidor de atividades insalubres ou perigosas.

**Parágrafo único** - Cabe à Secretaria de Administração realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus aos adicionais, conforme movimentação de pessoal, sendo, também, de sua responsabilidade, proceder a suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.

**Art. 11** - É responsabilidade da Secretaria em que estiver lotado o servidor informar à Secretaria de Administração quando houver alteração dos riscos, que providenciará a adequação do valor do adicional, mediante novo enquadramento ao Laudo Técnico.

**Art. 12** - Respondem nas esferas administrativa, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente.

**Art. 13** - Os dirigentes dos órgãos da Administração Direta e das autarquias promoverão as medidas necessárias à redução ou eliminação dos riscos, bem como a proteção contra os respectivos efeitos.

**Art. 14** - O adicional de insalubridade e o adicional de periculosidade não serão computados para efeito de quaisquer outras vantagens, nem se incorporam ao vencimento ou salário do servidor, inclusive para fins previdenciários.

**Art. 15** - A Administração Municipal deverá, após a aprovação, sanção e publicação desta Lei, rever imediatamente os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade dos servidores municipais, para fins de adequá-los às regras aqui dispostas, em especial em relação aos percentuais de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



cálculo.

**Art. 16** - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, que será suplementada se necessário.

**Art. 17** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT,  
Em, 21 de maio de 2014.**

**ANTONIO DOMINGO RUFATTO  
Prefeito Municipal**